



25 ANOS

InfoSNESup 226

Newsletter FEVEREIRO de 2015 – 2ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

DIGNIFICAÇÃO: PALAVRA-CHAVE
PARA TODO O ENSINO SUPERIOR

A MISTIFICAÇÃO: DAS "MUITAS INSTITUIÇÕES
QUE PRECISARIAM DE MENOS PROFESSORES"

DESIGUALDADE GERA DESIGUALDADE:
O NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO

REGULAMENTOS EM AUDIÇÃO E DISCUSSÃO

RECORTES DE IMPRENSA NO SITE DO SNESup

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

DIGNIFICAÇÃO: PALAVRA-CHAVE PARA TODO O ENSINO SUPERIOR

Foi [notícia esta semana a proposta do CCISP](#) sobre a diferenciação no acesso ao ensino superior, através de uma opção facultativa a ser introduzida na legislação e que seria exclusiva para os institutos superiores politécnicos. A proposta foi compreendida dentro do quadro de dificuldades na captação de alunos, sendo defendida numa lógica de discriminação positiva.

Prontamente foi observado pelos presidentes de alguns politécnicos, nomeadamente os de maior dimensão, que esta proposta iria agravar a perspetiva negativa que a sociedade possui deste sistema, fazendo regredir o que com esforço tinha sido conseguido nos últimos anos.

Alguém lembrou esta semana o sentido de "Excusatio non petita, accusatio manifesta". O toque foi dado pelas declarações do Presidente do CRUP, quando afirmou que concordava com a medida, mas que tal teria também de significar "[uma diferenciação entre os «produtos» unidades e institutos politécnicos](#)".

Como tivemos ocasião de [expressar através da comunicação social](#), todo este movimento gerou uma grande tensão, não contribuindo para a dignificação deste subsistema.

O politécnico fez um longo caminho de qualificação e de melhoria dos seus indicadores, sendo que, apesar das inúmeras dificuldades e limitações, conseguiu uma progressão notável. A juventude das suas equipas, e as dinâmicas que conseguiram criar, construíram um quadro positivo. Os doutorados do politécnico são pessoas que conhecem os dois lados da questão, tendo um percurso académico nas universidades, que se conjuga com o seu contexto de desenvolvimento profissional. São, naturalmente, docentes com expectativas, em quem o sistema depositou o seu futuro. Hoje, a realidade do politécnico é feita de projetos de investigação financiados por várias entidades, operando a nível internacional e/ou em colaboração com empresas. A sua oferta formativa inclui mestrados e licenciaturas reconhecidos quer pelo mercado de trabalho, quer por organizações internacionais. Desperdiçar tudo isto com base num conjunto de ideias do passado é um problema.

A estratégia de diferenciação que foi assumida pelo SEES contribuiu e muito para esta polémica. Aliada aos constrangimentos financeiros colocados sucessivamente pela mesma tutela, bem como o mediatismo gratuito que ano após ano atenta contra as instituições mais frágeis, criou condições para um desastre iminente.

Há ainda um espaço na opinião pública que se encontra preso a um modelo passado de ensino superior (muitas vezes constrangido apenas ao 2 ou 3 centros urbanos). É algo que demora tempo a ultrapassar e que importa contribuir com esclarecimento. As mentalidades são processos cuja mudança envolve uma temporalidade própria. O que não podemos admitir é que o ensino superior seja governado em suposições, ou ideias-feitas, contribuindo para acentuar desigualdades.

Todo este processo não contribuiu para a dignificação do ensino superior e muitos dos seus agentes ficaram mal na fotografia.

O problema da falta de candidatos a algumas ofertas formativas não é exclusivo do Ensino Politécnico, mas tem vindo a ser particularmente transversal em algumas áreas científicas que são essenciais para o país.

Para resolver esta questão é necessário ter claras as prioridades estratégicas. Deve o ensino de matérias de investigação aplicada ser desenvolvido independentemente do subsistema? Deve o ensino superior contribuir para a coesão territorial, com políticas que permitam a instalação de formações e centros de investigação avançada em locais de menor densidade populacional? Deve existir uma política de mobilidade, que permita construir centros de massa crítica aproveitando a capacidade existente?

As questões são muitas, mas as respostas parecem estar num mero regresso à Lei nº5/73, Decreto-Lei nº402/73 e Decreto-Lei nº 513-T/79. Entretanto, parece que alguém se esqueceu da frase constante no últimos destes diplomas: "conferir uma dignidade idêntica ao universitário". Alguém parece ter-se também esquecido da articulação e associação entre universitário e politécnico expressas nesse mesmo documento.

Se olharmos para o documento de 1979 vemos que as opções estratégicas estão ligadas à realidade socioeconómica da época, com referências a polos de desenvolvimento industrial e aos territórios. Em 36 anos o mundo mudou, o que significa olhar para a realidade do contemporâneo, pensar e desenhar o futuro. Tais opções não podem ser disfarçadas, ou mascaradas através de cortes no financiamento, ou pequenos remendos legislativos. É preciso que sejam assumidas numa lógica de dignidade.

A dignificação do ensino superior é algo necessário para protegê-lo dos próprios ataques de quem vê nele um problema.

Temos hoje um corpo docente competente, qualificado, capaz de elaborar e implementar projetos, que realiza a sua investigação num quadro internacional de referência. O quadro de formações é muito diferente de 1979 e a realidade da globalização não se coaduna com o seu retrocesso. Foi esse quadro de formações que permitiu que muitos resistissem à crise, graças a uma qualificação reconhecida a nível internacional.

A dignificação é uma matéria necessária a todos, universitário e politécnico, no litoral, ou no interior. É tempo de parar com o jogo do constrangimento financeiro e da degradação das condições que alimenta conflitos e divisão. É preciso recuperar o investimento, porque é esse investimento que nos permite resistir nos tempos de crise e perspetivar o futuro. A dignificação do ensino superior é uma matéria premente.

A MISTIFICAÇÃO: DAS "MUITAS INSTITUIÇÕES QUE PRECISARIAM DE MENOS PROFESSORES"

Lemos com preocupação a [entrevista do Secretário de Estado do Ensino Superior José Gomes Ferreira \(SEES\) ao Expresso do passado fim-de-semana](#), em particular o título "Há muitas instituições que precisariam de menos professores". Todo este quadro é dissonante com a realidade atual do ensino superior, sendo surpreendente (e pouco prudente) o modo como tudo isto surge em final de mandato.

Começamos pelo lado da oferta educativa. Tal como é referido em caixa na própria peça, a tendência atual é de estabilização a ligeiro crescimento no número de candidatos, prevendo-se um crescimento do número de matriculados. Não estamos de forma nenhuma num quadro de redução, pelo que é legítimo perguntar qual a real intenção desta vontade de criar alarme social nesta matéria e neste momento?

Recordamos ainda dois pontos importantes para esta matéria: as metas para a população formada no ensino superior estabelecidas para o Horizonte 2020 e o contributo do sistema de ensino superior e ciência para as questões de competitividade. Em ambos o ensino superior é uma necessidade e uma realidade que deveria ser de crescimento.

Pela relação destes fatores vemos como o ensino superior é uma matéria essencial que faz falta ao país no curto, médio e longo prazo. Só com um sistema qualificado e bem estruturado é possível dispor de massa crítica competente para multiplicar o rendimento do investimento. Alinhar no modelo de mão-de-obra pouco qualificada e de baixo custo é desastroso e seria desastroso que alguém com a tutela deste setor pudesse pensar de tal modo. Desmantelar um sistema que está a dar resultados numa base ideológica é um erro que não podemos permitir. Emagrecer o sistema apenas com base em pressupostos ideológicos é simplesmente errado.

Em termos do [número de docentes as estatísticas desmentem o SEES](#). A diminuição do número de docentes no ensino superior público já tinha, aliás, sido apontada por um [estudo realizado para o SNESup pelo Colega João Leitão intitulado "O que nos diz o REBIDES" e disponível no site do SNESup](#). Os dados oficiais confirmam que desde de 2010 temos evoluções negativas no número de docentes do ensino superior politécnico público, bem como em todo o ensino superior privado. Apenas o ensino superior universitário público apresenta ligeiras variações positivas, mas este crescimento não tem conseguido ultrapassar o progressivo envelhecimento deste corpo docente. Esta matéria é aliás uma das principais conclusões do [estudo que a Colega Mariana Gaio Alves desenvolveu no âmbito do Gabinete de Estudos do SNESup e também disponível no site do SNESup](#).

Estas estatísticas revelam ainda um problema crucial, dado que abordam a questão do ponto de vista do número total de docentes, sendo que destes há uma parte considerável que se encontra a tempo parcial, em particular no ensino superior politécnico público e no ensino superior privado (onde há docentes contratados em prestações de serviço à hora). Ora, para podermos realizar uma análise correta, temos

de conseguir corrigir para o número de docentes equivalente a tempo integral (ETI), o que faria diminuir estes valores. Para tal, seria necessário recuperar a publicação do INDEZ, que, neste momento, apenas é disponibilizado publicamente para o ano de 2011.

De qualquer forma, e ajudando a clarificar, podemos adiantar que nos últimos anos os rácios alunos/docentes do ensino superior público têm vindo consecutivamente a aumentar e não a diminuir, o que significa uma cada vez maior concentração de número de alunos por docente. Maior relevo estatístico terá este aumento do rácio em 2012 e 2013, quando assistimos a uma consecutiva diminuição do número de alunos, ou seja, a diminuição do número de alunos foi acompanhada de uma diminuição do número de docentes, de tal forma que os rácios subiram.

De toda esta matéria é fácil compreender que não há docentes a mais no ensino superior. Nem em algumas instituições e ainda menos no sistema como um todo. O que é fundamental e necessário é que o ensino superior seja considerado como um investimento, o que implica uma mudança de paradigma em relação aos últimos anos de redução de financiamento. É tempo de parar de insistir com as ideias feitas do país reduzido.

DESIGUALDADE GERA DESIGUALDADE: O NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO

Ainda não recebemos por via oficial o documento referente ao novo modelo de financiamento. Gostaríamos que numa lógica de cooperação e participação ativa este debate não ficasse restringido aos dirigentes das instituições. O desfasamento entre o poder e os cidadãos passa também pela impedância à participação nos processos de tomada de decisão. Os cidadãos não são menores que precisam de ser tutelados, mas sim adultos envolvidos no processo democrático. Os processos de participação cívica demonstram mais-valias para a qualidade da democracia, pelo que, dada a importância deste documento para a estrutura do sistema de ensino superior e ciência, é fundamental que seja partilhado e debatido numa forma aberta.

Do que tomamos conhecimento até ao momento, há um problema de base que importa pensar, dada a forma como o documento repousa sobre as desigualdades existentes no sistema atual. Falamos de disparidades ao nível dos contextos socioeconómicos (dimensão da população e em particular da população juvenil, qualidade da oferta de trabalho, perspetivas de desenvolvimento, investimento e recursos disponíveis), das diferenças na oferta formativa (que impacta ao nível das médias e número candidatos, como é óbvio no caso da medicina), de fatores de mentalidade dominante, que têm os seus efeitos e levam bastante tempo a corrigir.

Elaborar um diagnóstico é perceber as causas e não apenas sinalizar sintomas. Partir dos sintomas para elaborar uma cura, sem pelo meio perceber as causas, é semelhante

a quem toma um comprimido para aliviar uma dor, sem compreender a doença. Este erro pode ser fatal. Da mesma forma, ilustrar as discrepâncias institucionais como forma de produzir um modelo, pode ter como consequência acentuar os desequilíbrios, mesmo que para matéria de comunicação se diga que se pretende corrigi- los.

Numa altura em que se assistiu a um estrangulamento financeiro das instituições e do sistema (corte superior a 30% nos últimos 5 anos, recorde-se), utilizado como arma política para operar o que não houve coragem de assumir em termos de distribuição da rede, a competição entre os agentes assumiu níveis elevados. Assumir um princípio de solidariedade institucional numa lógica assistencialista fere o sistema e a dignidade de quem trabalha em contextos desiguais. O fator de coesão vem a reforçar o peso negocial de algumas instituições, o que pode conduzir a um ainda maior desequilíbrio de todo o sistema. O enviesamento é claro quando uma instituição de maior dimensão acusa uma de menor dimensão de que a está a financiar. Quem financia todas as instituições é o estado, devendo tal ser pensado enquanto política, assumindo as decisões e as consequências.

No filme de Alain Resnais "[O Meu Tio da América](#)" é apresentado o conceito de inibição da ação. Nele podemos ver como dois ratos, sujeitos ao constante condicionamento coercivo das suas ações através de choques elétricos, quando juntos no mesmo espaço, acabam por lutar entre si, vertendo um para o outro a agressividade que advém do próprio sistema. Convém pensarmos se não estamos cada vez mais perto da figura destes ratos.

REGULAMENTOS EM AUDIÇÃO E DISCUSSÃO

[O SNESup enviou no dia 04 de março a sua posição](#) sobre o [projeto de Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes do Instituto de Ciências Sociais e Políticas](#) da Universidade de Lisboa (ISCSP). Destacamos na nossa resposta a necessidade de salvaguardar que os avaliadores sejam professores da mesma área científica dos avaliados ou a devida responsabilização do Conselho Científico do ISCSP na validação dos resultados das avaliações. Uma nota ainda de agradecimento aos vários Colegas do ISCSP que nos fizeram chegar contributos e sugestões muito pertinentes e que procurámos incluir na posição apresentada pelo SNESup ao ISCSP.

Chegou ao SNESup a proposta de Regulamento de Prestação de Serviço Docente do Instituto Politécnico de Setúbal, que se encontra em discussão pública até ao próximo dia 13 de março. A Comissão Sindical do SNESup no IPSetúbal irá promover uma reunião de docentes no próximo dia 6 de março, pelas 15h, na sala A2.03 da ESCE, para debater a proposta de Regulamento em causa.

RECORTES DE IMPRENSA NO SITE DO SNESup

O SNESup disponibiliza no seu site um [espaço dedicado aos recortes de imprensa](#) sobre temas relacionados com o Ensino Superior e a Ciência. Os recortes são atualizados diariamente pelo que poderá aqui encontrar os mais recentes e relevantes destaques de diversos meios de comunicação social sobre o Ensino Superior e a Ciência. Não deixe de consultar.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Despacho n.º 2015/2015 – D.R. n.º 39/2015, Série II de 2015-02-25](#)

- Instituto Politécnico de Coimbra

Prolonga o prazo referido no artigo 17.º do Regulamento de Provas Públicas do Instituto Politécnico de Coimbra

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS

I Conferência Ibérica de Sociologia da Educação - A Educação na Europa do Sul - Constrangimentos e desafios em tempos incertos

9-11 julho, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL

Data limite: 31 março.

[Saiba mais aqui](#)

21st Annual World Congress - World Association for Medical Law- WAML

3 a 6, Agosto, Coimbra.

Data limite: 1 abril.

[Saiba mais aqui](#)

CONGRESSO INTERNACIONAL "CULTURAS EM NEGATIVO"

1 a 3 outubro – Braga –Universidade do Minho

Data limite: 30 junho

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

Saber (com) quem contamos: a precariedade na universidade

5 março, 18h30, **organização Unipop**. Lisboa Livraria Campo Grande 111

[Saiba mais aqui](#)

ARTECH 2015. 7th International Conference on Digital Arts

- **Creating Digital e-Motions.**

18 a 20 março, Óbidos, Universidade Aberta.

[Saiba mais aqui](#)

International Conference on Research in Education and Science (ICRES)

23 a 26, abril 2015 - Antalya, Turkey.

[Saiba mais aqui](#)

12th International Conference on the European Energy Market - EEM15

20-22 maio, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa-IPP, Lisboa, Portugal

[Saiba mais aqui](#)

Congresso Internacional Luso-Brasileiro 100 Orpheu

25 a 28 março, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e no Centro Cultural de Belém

25 a 28 maio, S. Paulo, Universidade de São Paulo e na PUC de São Paulo

[Saiba mais aqui](#)

European Social Survey Conference

28 e 29 maio, University of Limerick, Ireland

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro,104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Estrada da Beira, 503, R/C, A - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt

The logo for SNESup features the text "SNESup" in a serif font, with a blue diamond shape to the right of the "S". The background of the logo area consists of a pattern of overlapping light blue and white triangles.